

# A SURDEZ EM BRAGANÇA (PA): UM OLHAR SOBRE O COTIDIANO DE SURDOS NA AMAZÔNIA ATLÂNTICA

## DEAFNESS IN BRAGANÇA (STATE OF PARÁ): A LOOK AT DAILY LIFE OF DEAF PEOPLE IN THE ATLANTIC AMAZON

Érico Silva Muniz **1**  
Jonata Souza de Lima **2**

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo discutir questões identitárias e culturais dos surdos contextualizando a realidade da cidade de Bragança, localizada na costa Atlântica da Amazônia brasileira, no estado do Pará. Observamos como as questões socioeconômicas influenciam a construção da subjetividade e coletividade da comunidade surda Bragantina, fomentando reflexões para políticas públicas que possam contribuir com comunidades de minoria linguísticas. Para obter os dados, realizamos pesquisa de campo com depoimentos de surdos e ouvintes usando entrevistas semiestruturadas e semiabertas. As conclusões apontam para a desarticulação política dos surdos, o que impacta aspectos relativos à inclusão social e linguística que tanto almejam.

**Palavras-chave:** Surdez. Bragança (PA). Identidade. Cultura. Coletividade.

**Abstract:** This article aims to discuss the deaf's identity and cultural issues contextualized the reality of the city of Bragança, located in Atlantic coast of the Brazilian Amazon, in the state of Pará. We can observe how socioeconomic issues influence the construction of the subjectivity and collectivity of the local deaf community, exposing these issues is a way of promoting reflections for public policies that can contribute to linguistic minority communities. To obtain the data, we conducted field research interviewing deaf and hearing people using semi-structured and semi-open interviews. The conclusions point to the lack of political structure of the deaf community what also impacts the social and linguistic inclusion desired.

**Keywords:** Deafness. Bragança – PA. Identity. Culture. Collectivity.

---

Doutor em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/**1**  
Fiocruz. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6294815313176569>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5543-4266>.  
E-mail: [ericomuniz@ufpa.br](mailto:ericomuniz@ufpa.br)

Mestre em Linguagens e Saberes da Amazônia, Universidade Federal/**2**  
do Pará. Professor Assistente da Universidade Federal do Pará.  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2225350506155812>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8700-8344>.  
E-mail: [jonatasouza3@gmail.com](mailto:jonatasouza3@gmail.com)

## Introdução

Se em escala nacional os surdos enfrentam desafios complexos na garantia de sua acessibilidade linguística, mesmo havendo órgãos formais de representação, quando se refere aos sujeitos surdos dos municípios da Amazônia brasileira, a situação não é diferente. A região amazônica no contexto educacional e social apresenta uma série de falhas para a inclusão dos surdos, e neste artigo evidenciaremos estas relações com base no cotidiano e territórios ocupados por estes surdos.

Esta é uma pesquisa qualitativa que discute as relações de cultura, poder e capital de surdos. Através de trabalho de campo realizado na cidade de Bragança, localizada na costa Atlântica da Amazônia, realizamos a pesquisa através de entrevistas com perguntas semiestruturadas<sup>1</sup>. Dialogamos com vários sujeitos dando atenção especial à análise de conteúdo das falas dos surdos e trouxemos narrativas de ouvintes que mantêm contato com estes sujeitos centrais de nossa pesquisa.

A pesquisa de campo aconteceu no Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), no Fórum da Comarca de Bragança, na Igreja Testemunha de Jeová, na Igreja Católica e na Universidade Federal do Pará (UFPA), locais que foram visitados por aparecerem com frequência nas narrativas dos surdos. É necessário explorar o máximo de locais para que se possa compreender o cotidiano dos surdos Bragantinos, pois “na vida cotidiana e na constante apropriação e produção do território, há indivíduos e organizações sociais (instituições), públicas, privadas e não-governamentais com suas normas, regras, objetivos, princípios, representações e características econômicas, políticas e culturais” (SAQUET; SPOSITO et al, 2008, p. 84).

Os surdos bragantinos constroem sua identidade de modo que a cada dia ficam notórias as diferenças linguísticas, históricas, políticas e pedagógicas desta cultura emergente. E como emergente, há disputas de poder em que o ouvinte “que sabe o que é melhor para os surdos”, tenta diariamente ditar normas ao movimento surdo. A isto chamamos de ideologia ouvintista, que está permeada na sociedade, bastando nessa perspectiva que você seja ouvinte ou que você seja surdo e comungue com a ideia da oralidade como determinante da linguagem (SKLIAR, 2011). E como fugir deste ouvintismo, se não conhecemos as demandas, as narrativas e os anseios da comunidade surda que deveria ser o centro dos debates? Mesmo em fase de conquista dos espaços supracitados, os surdos compreendem esses locais como seus territórios, mesmo porque o território também é um espaço em que coexistem “relações sociais simétricas ou dessimétricas” (SPOSITO et al, 2008, p. 79).

Foram desenvolvidos diálogos formais com a comunidade surda envolvendo inicialmente 10 (dez) sujeitos surdos. Além desses, diálogos informais com muitos outros surdos em espaços como igrejas e eventos voltados a essa comunidade foram estabelecidos. Os encontros aconteciam em vários momentos, por exemplo, nos intervalos de encontros, no fim de missas ou cultos, reuniões etc.

Para a elaboração das perguntas e reflexões nos debates, contamos com trabalhos que já discutiram sobre essa temática de identidade e cultura surda, principalmente, vinculado a espaços escolares. Como referências atuais, Sá (2011) e o mais próximo da realidade surda bragantina trabalhos como de Santos (2011), focando questões de identidade e cultura na cidade de Belém. Como referência mais prática de elaboração das perguntas, achamos conveniente usar parte da metodologia empregada por Corrêa e Cruz (2019, p. 8-9) com entrevistas semiestruturadas e semiabertas com roteiro de entrevista que incluíam relato sobre a história de vida; idade; relação familiar com surdos e ouvintes; aquisição da Libras; contato com pessoas surdas e ouvintes; relação com as línguas (sinais, falada e escrita); experiência educacional; escolarização experiências profissionais; inserção na associação de surdos e fatos marcantes.

---

1 Localizada a 210 quilômetros da cidade de Belém, capital do estado do Pará, a cidade de Bragança tem sua população estimada em 127.686 habitantes. Devido à sua localização e à história da colonização da Amazônia, a cidade na atualidade é um dos mais importantes municípios do nordeste paraense em aspectos populacionais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: Bragança (PA). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/braganca.html>. Acesso em: 25 abr. 2020.

**Quadro 01.** Grupo de sujeitos pesquisados: surdos de Bragança<sup>2</sup>

Sujeito <sup>3</sup>	Idade	Educação básica	Questões mais pontuadas sobre a escola
Surdo 01	19	1º do ensino médio em andamento.	Busca motivações pessoais para se manter na escola mesmo sem intérprete.
Surdo 02	27	8º ano em andamento	Gosta da escola e está feliz por ter amigas que sabem um pouco de Libras.
Surdo 03	47	Completo	Diz que ser oralizado, facilitou seus estudos, pois não havia sequer a ideia de intérprete no período que estudou.
Surdo 04	32	Completo	Diz querer continuar os estudos no ensino superior, mas ainda não passou em nenhum processo seletivo.
Surdo 05	36	Evadido no 4º ano, no fundamental.	Evadido da escola por falta de intérprete e metodologia oralista.
Surdo 06	27	Evadido no 8º ano, no fundamental.	Evadido da escola por falta de intérprete e metodologia oralista.
Surdo 07	27	Completo.	Está satisfeito com sua atual situação escolar.
Surdo 08	27	Evadido no 2º ano do ensino médio.	Evadido da escola por falta de intérprete e metodologia oralista.
Surdo 09	31	Evadido no 9º ano, no fundamental.	Parou de estudar em 2002 para ajudar no sustento da família.
Surdo 10	20	Completo.	Estudou uma parte do ensino fundamental e todo ensino médio em Bragança

**Fonte:** Elaborado pelos autores

Há um único artigo com foco nos surdos bragantinos, de Silva-Oliveira (2019, p. 55), que se ocupou de analisar as narrativas surdas a partir de “10 alunos surdos com idade de 14 a 45 anos, que estudavam do 5º ao 3º ano”, ou seja, com foco apenas na realidade escolar. Contudo, realizamos nosso trabalho de campo com surdos, na maioria, evadidos do sistema escolar ou concluintes da educação básica. Isso como forma de dialogar com os trabalhos já realizados no município de Bragança e ao mesmo tempo em que trazemos outros debates. A discussão escolar é um dos campos mais vastos em se analisar a surdez, por este motivo, em um outro artigo tratamos desta questão.

### **A “Roda de Conversa Surda” e o estopim de uma associação**

A “Roda de conversa surda” é uma iniciativa promovida por um dos surdos que foi entrevistado (aludir, mesmo com codinome, ao sujeito entrevistado quebraria o anonimato da resposta), que regularmente, ao menos, uma vez ao mês, em sua residência, promove encontros com a comunidade surda com objetivos voltados à descontração e interação. A “Roda de conversa surda” é o território em que eles se encontram para assistir a filmes, organizar lanches coletivos, em alguns momentos, discutir sobre inclusão linguística etc. Como territorialidade de interação cultural e identitária dos surdos, está em funcionamento há aproximadamente 1 (um) ano e conta com a presença regular de pelo menos 15 (quinze) a 20 (vinte) surdos, a depender do dia e tipo de programação.

Ouvintes recorrem a esse espaço como forma de aprendizado e interação com a cultura surda deixando essa “roda” mais plural e inclusiva. O espaço da casa deste surdo é amplo, conseguindo comportar satisfatoriamente até mesmo um público maior. O convite é aberto, estendido a todos os interessados, o que faz da “roda de conversa surda” o lugar de maior representação identitária dos surdos bragantinos, uma vez que há confluências culturais ouvintes e surdas construídas em relações sociais simétricas. Nesse lugar, vemos a concepção de

<sup>2</sup> Houve a conversa com mais surdos, mas, como os discursos se repetiam, optou-se em usar como amostra esse público.

<sup>3</sup> Fizemos uma análise de conteúdo nas falas dos surdos que foram compreendidas e traduzidas sem a necessidade de um outro TILS ou dicionário já que possui fluência na língua.

um território que se está enraizado “numa mesma identidade e que reúne indivíduos com o mesmo sentimento” (SAQUET; SPOSITO et al, 2008, p. 218).

A “Roda de conversa surda” fomentou ainda mais os debates sobre a necessidade de se criar uma associação de surdos, legalmente constituída, pois todos acreditam de que esta satisfaria os intentos de encontros de surdos que na atualidade fazem seus encontros de maneira absolutamente informal e descontraída, de modo a não gerar a representatividade na sociedade civil. Ao questionar os surdos sobre esses encontros, foram unânimes as respostas de satisfação, mas houve ressalvas como a do Surdo 03 de, às vezes, ocorrerem alguns conflitos neste território, o que precisa ser “urgentemente sanado” para que não ocorra o esvaziamento de visitantes.

Parte do grupo apresente a ideia de que a inexistência de uma associação de surdos legalmente instituída na região incomoda e contribui para que a desmobilização nas lutas, o que deixa a coletividade quase no total anonimato. Tradicionalmente as associações de surdos são uma das mais frequentes ferramentas de mobilização da comunidade em busca do direito linguístico, da inclusão e da obediência de políticas públicas assistenciais. Associação não no sentido de estar junto, mas sim na qualidade de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público voltado aos intentos da comunidade surda tal qual está preconizada na Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999. Em cidades do porte e idade de Bragança, é recorrente a existência de associações registradas, mesmo que não muito militantes, mas em andamento. O quadro 02 para mostrar algumas das associações de surdos em atividade no estado do Pará:

Quadro 02. Lista das 10 (dez) cidades do Pará com maior população e suas respectivas associações de surdos<sup>4</sup>

Posição	Município	Associação de Surdos <sup>5</sup>
1	Belém	ASBEL – Associação De Surdos De Belém.
2	Ananindeua	ASA – Associação Dos Surdos De Ananindeua.
3	Santarém	ASUSANT – Associação Dos Surdos De Santarém.
4	Marabá	ASSM - Associação Sociocultural Dos Surdos de Marabá.
5	Parauapebas	ASURP – Associação De Surdos De Parauapebas.
6	Castanhal	ASCAST – Associação Dos Surdos De Castanhal.
7	Abaetetuba	ASABAE – Associação De Surdos De Abaetetuba.
8	Cametá	ASURCAM – Associação De Surdos De Cametá.
9	Marituba	Não há associação própria, mas os surdos têm assistência das associações nas circunvizinhanças.
10	Bragança	Não possui associação e nem apoio formal de outro ente associativo.

**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Localizamos no estado do Pará, cidades com porte populacional menores e de emancipação mais recentes que Bragança, que possuem associações de surdos consolidadas, como por exemplo: ASBRE – Associação dos Surdos de Breves; ASMDR – Associação dos Surdos de Mãe do Rio; ASST – Associação Sócio Cultural dos Surdos de Tucuruí; e ICEPSA – Instituto Cultural Educacional Profissionalizante dos Surdos de Altamira.

Apesar de não ser o único modelo possível organizacional, a não existência de uma força associativa formal limita a luta pelos direitos básicos das classes sociais. Entendemos que as disputas contra as arbitrariedades do ouvintismo só são possíveis com a organização sistemáti-

<sup>4</sup> Fonte: IBGE (2018).

<sup>5</sup> Informações obtidas por diversas fontes, e em especial pelo site da Confederação Brasileira de Desportos Surdos (CBDS). Disponível em: <http://cbds.org.br/institucional/filiadas/fpds/>. acessado em 11/12/2019.

ca, pois o ouvintismo está na hegemonia do sistema e derrubá-lo exige muitas mobilizações da comunidade surda que estão atreladas à burocracia do Estado. As associações de surdos como a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) e outras entidades com frequência enfrentaram o sistema hegemônico ouvintista e garantiram o direito básico do surdo em ter sua língua. Em cidades menores, a realização de convênios intermunicipais tem o poder de abrir “oportunidade para que propostas pedagógicas sejam organizadas livremente”, “garantindo a efetividade da Educação”, pois vemos que a associação, legalmente constituída, legitima a representação e dá o poder jurídico de que os surdos tanto carecem (SÁ, 2011, p. 31).

Na fala do Surdo 03, a associação dos surdos de Bragança não existe, ainda, por uma série de “entraves que estão dentro da própria comunidade surda local”, contudo, nas falas desse surdo “a criação desta associação já está sendo encaminhada por ouvintes e surdos interessados nesta proposta”, ficando então a expectativa de consolidação para 2020. Ao entrevistar responsáveis e colaboradores pelas pastas de educação especial e outras políticas públicas de assistência social de Bragança, tanto do município quanto do estado, ouvimos a premissa de que a existência dessa associação “impactaria/impulsionaria” as exigências para as demandas da própria comunidade surda.

As pastas como a de assistência social, educação especial e inclusiva incumbidas a servidor efetivo ou contratado têm por característica serem de chefia e assessoramento de livre nomeação e exoneração. Em situações de tomada de decisões que geram conflito, quando os intentos são divergentes, entre o que a comunidade surda necessita e o que o sistema quer/pode ofertar, o ocupante desta pasta entra num dilema, ‘e aí?’, onde está a sociedade civil de interesse público para pressionar o sistema a ponderar pelas questões surdas?

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, no seu artigo 4º, inciso 3, explicita que em “processos de tomada de decisão relativos às pessoas com deficiência” os entes devem se articular para envolver ativamente pessoas com deficiência de todas faixas etárias, dando atenção àquele grupo diretamente envolvido por intermédio de suas “organizações representativas” (BRASIL, 2009). A organização representativa é responsável pela a mobilização dos surdos dentro da estrutura burocrática da máquina pública.

## **A surdez bragantina nas instituições confessionais**

A religiosidade é uma marca de construção cultural dos surdos que está muito presente na maioria dos Brasileiros. Essa é uma das primeiras instituições que o indivíduo normalmente adentra e uma das que mais colaboram com sua formação ética e moral. Ao analisar um povo é comum constatar a religião como uma marca cultural. Na atual ‘miséria’ (analogia à obra de Bourdieu) inclusiva que os surdos vivem, ter perspectivas, mistérios e a ideia a um novo mundo que o discurso religioso constrói traduzido em sua língua visual mantém nos surdos o sentimento de pertencimento a este local (GEERTZ, 2008, p. 65).

As denominações religiosas reconhecem a necessidade dos surdos, dentro de suas especificidades linguísticas e culturais a participarem dos rituais religiosos tais como batismo e casamento. Inclusive, é no espaço religioso que iniciam os processos de inclusão de surdos no Brasil com a presença do Tradutor Intérprete de Libras (TILS), por volta dos anos 1980 (QUADROS, 2004a, p. 14). Em Bragança, segundo as entrevistas e visitas aos locais, esse trabalho começou a ser sistematizado a partir de 2002 e desta data em diante vemos relações sociais cada vez mais simétricas entre surdos e ouvintes oportunizadas por uma necessidade que as religiões apresentam em agregar quantitativos e diversidade de membros em suas liturgias.

A Igreja Católica (IC) era um exemplo de relação assimétrica, mas que com o passar do tempo passou a constituir-se também como um território dos surdos. Essa instituição confessional desenvolve seus trabalhos apoiados por uma pastoral dos surdos, composta por surdos e TILS que desenvolvem voluntariamente os trabalhos. Atualmente, na cidade de Bragança, há apenas um padre responsável pela condução da pasta inclusiva de surdos na IC e este sacerdote trabalha em parceria com os TILS que prestam serviços à Igreja. Através das entrevistas com os surdos e com o respectivo padre foi possível chegarmos às informações que seguem.

Uma escola especial de Bragança se preocupava com a socialização dos surdos em espaços não escolares tais como a IC. Por intermédio destas instituições e parcerias, iniciou-se o trabalho formal com a comunidade surda nas igrejas em meados de 2002. Mas como afirmado pelos surdos e ratificado pelo padre, iniciou-se de maneira tímida, no “cantinho” da Igreja. Lá ficava o surdo com seu ‘intérprete’ (familiar que explicava os acontecimentos da missa), mas este trabalho ficou cada vez mais notório ganhando seu espaço na frente do templo com interpretação integral das missas. O início dos trabalhos se deu por iniciativas realizadas com familiares, com o tempo, profissionais e iniciantes da área de tradução e interpretação de Libras foram assumindo as responsabilidades.

O trabalho mais completo desenvolvido pela diocese de Bragança está localizado na cidade de Mãe do Rio em que já se tem uma estrutura consolidada de TILS e de surdos e mais padres atuantes nos movimentos de pastoral dos surdos. No município de Bragança, houve a evasão de surdos e de intérpretes que trabalhavam na missa. Mesmo assim, o serviço de tradução e interpretação de missas continua a ser oferecido pontualmente em datas simbólicas (Páscoa, *Corpus Christi*, Natal, Festa de São Benedito<sup>6</sup> etc.) em que a IC convoca TILS (normalmente membros) para atuar.

Como narram os surdos e o Padre, o ano de 2018 até meados de 2019 foi um período de muito crescimento dos trabalhos da pastoral dos surdos, pois a IC contava com a colaboração de um TILS que exercia um trabalho exclusivo de interpretação e coordenação dessa Pastoral. Infelizmente, como comumente ocorre em Bragança, essa intérprete teve de se mudar para outra cidade, ou seja, Bragança não tem uma boa taxa de retenção de seus profissionais.

A Paróquia São João Batista, no bairro Vila Sinhá, onde grande parte dos trabalhos da Pastoral é realizada, já comporta membros ouvintes que já conhecem, pelo menos o básico das especificidades linguísticas dos surdos e da logística de interpretação das missas, fato que faz com os primeiros bancos da frente são reservados aos surdos. Já houve inclusive nesta Paróquia cursos básicos de Libras, voltados para o público infantil da catequese.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) já dispõe informações e material para o trabalho com surdos, em encontros, já centralizou debates com essa temática. Ações como essa da CNBB dentre outras promovem o domínio teórico-prático de um dos padres atuantes em Bragança, em especial a de um padre que entrevistamos, que já realizou, envolvendo o público surdo, 3 (três) casamentos, Primeira Eucaristia e várias confissões. Por haver poucos padres realmente fluentes em Libras e poucos sacerdotes surdos (embora um esteja em formação para atender ao Estado do Pará), a abordagem oralista é a mais utilizada dentro da IC.

Há outros 2 (dois) padres que têm formações na área da surdez e estes desenvolvem seu sacerdócio na cidade de Mãe do Rio, motivo este que deixa esta cidade mais estruturada para a recepção linguística dos surdos. Esta cidade, embora de menor porte, possui consolidadas duas estruturas organizativas de surdos, a pastoral e a associação de surdos. Segundo as entrevistas e os *sites* ligados à IC<sup>7</sup>, no ano de 2019, foi realizado entre os dias 16 e 17 de novembro, na Paróquia São Francisco de Assis, em Mãe do Rio, o primeiro Encontro Diocesano de TILS.

Nesse contexto, foi explorada a temática “Intérpretes católicos somos todos batizados e enviados na missão de evangelizar”, com um dos intuitos de chamar mais TILS para realização dos trabalhos voluntários nas missas. Segundo o padre responsável pela comunidade surda bragantina, esse tema é importante para a pastoral de Bragança que tem projetos para a melhoria da acessibilidade em Libras, mas só possível de serem executados com o aumento dos recursos humanos na área da Libras para o trabalho nas missas.

A Igreja Testemunha de Jeová (TJ), organização religiosa cristã, é a detentora do maior trabalho de tradução e interpretação do mundo tanto de línguas orais quanto de línguas gestuais. Na atualidade, é a única organização a ter sistematizado a tradução integral da Bíblia em Libras. A sistematização desta denominação religiosa na educação cristã de surdos, em forma-

6 Na festa de São Benedito de 2019, iniciou-se um movimento para acessibilidade em Libras com tradução das missas e shows. Atualmente, os TILS e surdos discutem como oportunizar e avançar com este trabalho nas festividades de São Benedito em 2020.

7 Disponível em: <http://cnbbn2.com.br/pastoral-dos-surdos-celebra-primeiro-encontro-diocesano-em-braganca/>. acessado em 14/12/2019.

to de vídeo, garante uma grande quantidade de seguidores da comunidade surda por conta da facilidade na comunicação (SILVA, 2011, p. 123).

No município de Bragança, há batizados 3 (três) surdos, aproximadamente 5 a 6 frequentadores, em eventos especiais, há uma média de 10 a 15 surdos. Em uma reunião ordinária da TJ, é possível observar que ao menos 6 (seis) pessoas ouvintes dominam o básico de Libras de modo a interagir com os surdos nos cânticos e no momento da reunião destinado a estudos da Bíblia, com perguntas e respostas em Libras. Observa-se que já há a tradução das passagens e a tradução integral de sua revista, base de estudo “Sentinela” que é produzida numa versão bilíngue.

Essa organização, desde 1980 tem dedicado atenção à comunidade surda, inclusive chegando a montar congregações específicas para surdos em 1982 em Niterói (RJ) e em 1987 em São Paulo (SP) (SILVA, 2011, p.132). Preocupados em evangelização/prospecção, é comum que, sempre que iniciam o trabalho de inclusão em Libras, realizem levantamento de todos os surdos na respectiva cidade (informação obtida através de pesquisa de campo e diálogos com surdos da cidade de Bragança e Altamira).

Em cada reunião da TJ, há, no mínimo, 2 (dois) TILS, fluentes em Libras, que realizam a interpretação com suporte tecnológico de filmadora, TV de tela plana e *Notebook* e até mesmo celulares. Os materiais, como dito, já vêm traduzidos, o que garante um real processo bilíngue, valorizando Libras e Língua portuguesa, não de diglossia como ocorre na maioria das religiões e escolas. Um outro fator de biculturalismo e ruptura com a diglossia é que, durante as reuniões, o TILS é livre para realizar ou não a tradução literal, mas estes profissionais sempre optam por uma tradução cultural.

Um outro diferencial é que os surdos participam como oradores nas reuniões, ou seja, a eles é dada a autonomia para proferir discursos, guiar a leitura do que seria o ensinamento do dia, fazer as orações etc. Ao usar essa abordagem de tecnologias digitais no decorrer das reuniões, a TJ rompe com a necessidade de atrelar o território a uma base física, o que parece ser evidente ao ver que os surdos dessa denominação, em Bragança, apresentam um repertório de sinais diversificados oriundo de várias regiões do Brasil.

O Surdo 01 indaga que aprendeu mais na TJ do que na sala de atendimento educacional especializado de sua escola elementos como comunicabilidade/expressão em Libras e Língua Portuguesa escrita. Em sua denominação, ele encontra mais motivos e inspirações para adentrar nos estudos e isso favorece seu comprometimento em aprender mais. Vale ressaltar que nesta denominação o Surdo 01 encontra apoio individual e especializado, TDIC com materiais produzidos por surdos de vários Estados e vídeos motivacionais para aprendizado da leitura como forma de compreender mais as sagradas escrituras.

Além da IC e a TJ, não houve visita a outras igrejas evangélicas e denominações, apesar de haver menção a denominações como Assembleia de Deus Internacional Ministério de Toronto, frequentada ocasionalmente pelo Surdo 07 e a Igreja Universal do Reino de Deus, mas estas, pelo que foi analisado, não possuem adeptos batizados bilíngues, o que minimiza a frequência das interpretações de Libras. Ter TILS seguidor e batizado na respectiva denominação religiosa parece ser um fator determinante para haver a presença constante de surdos, por esse mesmo motivo também não encontramos trabalhos de Libras em Bragança em religiões de matriz Afro-Brasileiras.

## **Nós surdos, quando estamos juntos ou dispersos**

A linguagem se desenvolve no contato de falantes de um mesmo idioma e quando aquele surdo está só ou disperso da sua comunidade de falantes, sua comunicação fica restrita ao mundo ouvinte. À medida que os surdos deixam de estar dispersos, sua-comunicação expressada mais naturalmente através da Libras, começa a fluir, pois “ser surdo” se caracteriza por dois artefatos culturais, “o linguístico e o visual” (STROBEL, 2009), e, a partir da aquisição desta língua visual, começa a existir sua identificação como surdo bragantino.

O Surdo 01 aprendeu Libras depois da adolescência por intermédio da Testemunha de Jeová. E o Surdo 07, também na adolescência, por conta de um relacionamento com uma surda

há fluente em Libras. Há casos ainda mais tardios de aquisição de Linguagem, por exemplo, o Surdo 03. Poucos são os casos em que na infância haja aquisição da língua de sinais como é o caso da surda 10 que teve essa oportunidade e inclusive obteve apoio especializado, contudo, essa surda cursou a educação infantil e o ensino fundamental (anos iniciais) em escolas na capital e em regiões metropolitanas do Pará. Por outro lado, há indivíduos como o Surdo 08 e Surdo 02 que ainda estão adquirindo fluência neste idioma. Na fala de vários surdos, que aprenderam Libras depois de adultos, consta que não tiveram tanto suporte em Bragança, tendo que ir a cidades maiores, como Castanhal, como narra o Surdo 09 e a namorada do Surdo 07 para se aperfeiçoarem e serem proficientes no seu próprio idioma.

É válido lembrar que a vitalidade e o perigo de desaparecimento das línguas estão intimamente ligados com o processo de aquisição tardia ou o constante contato com falantes pouco ou nada proficientes. Na Libras, esse desaparecimento parece imediato, na pior das hipóteses, ocorreria uma tênue perda da vitalidade, deixando esta forma de comunicação mais como produto ou código de acessibilidade e menos como *status* de língua. Logo, ações para o desenvolvimento linguístico da Libras, o mais proficiente e mais cedo dentro dos próprios grupos de surdos, é um fator que determinará se a língua estará ou não em processo de vulnerabilidade (UNESCO, 2003). Esta ação só é eficaz com sujeitos surdos balizando o processo de ensino e aprendizagem deste idioma dentro das associações de surdos e escolas. No caso da cidade Bragança nunca houve a contratação de um professor de Libras surdo para desempenhar esse trabalho nas escolas de Bragança ou um trabalho associativo com esse foco.

Em Bragança, embora não haja associação de surdos, estes sempre tentam se reunir em casa, bares e festas de aniversário, isso fez com que eles construíssem pontos de encontro que se constituíram como territórios. Nos territórios realizam encontros regulares, trocam experiências, comunicam-se livremente sem o peso da oralidade como canal de comunicação e sem a preocupação de não serem compreendidos. Assuntos políticos e banalidades do cotidiano surgem em meio a rodas de conversa que se estendem por horas. Neste ambiente, conversas como problemas familiares por conta de inacessibilidade linguística, falta de TILS e conquistas de algum surdo são tópicos bem comuns.

Ao discutir com os surdos bragantinos sobre sua visão sobre o mundo ouvinte e os TILS, foi possível perceber que eles dividem o público em basicamente 3 (três) categorias: O primeiro grupo são de TILS profissionais, que sabem Libras e exercem a sua função profissionalmente remunerada dentro, principalmente, das escolas de educação básica. Os surdos citaram os nomes e sinais destes indivíduos que giram em torno de 05 (cinco) a 6 (seis) profissionais. Em segundo, de ouvintes que sabem Libras, com muita ou razoável fluência, mas não exercem profissionalmente atividades como TILS, estes sujeitos demonstram-se, nas falas dos surdos, disponíveis a colaborar com quaisquer necessidades que aquele surdo demande, por exemplo, dar informações em Libras, explicando ou traduzindo, ajudar em contextos religiosos etc. Da mesma forma do primeiro grupo, surgiram uma média de 5 (cinco) nomes em comum. Uma observação sobre esse grupo é que estes ouvintes que não exercem atividade profissional, nas falas dos surdos, são tão importantes para a comunidade surda quanto os profissionais TILS. O terceiro grupo de ouvintes que não sabem Libras, normalmente, parentes e amigos, mas marcam presença de alguma forma na comunidade surda. Esses nomes são mais diversificados e surgem quando discutem sobre os espaços religiosos e educacionais que aquele surdo frequenta ou frequentou. Fora destes três grupos, no caso, a maioria, os ouvintes que não sabem Libras ou as especificidades de “ser surdo”, por fim, não conseguem lhes proporcionar a acessibilidade que almejam.

Segundo a Surda 05, “todos os surdos estão espalhados pela cidade”, “em cada lugar tem um pouquinho de surdos”, vários surdos frequentam diariamente sua residência, isso como forma de interação, mas ela tem noção da quantidade real de surdos, pois há, segundo ela, aqueles de zona rural que sequer sabem Libras e muitas vezes ficam em casa o dia todo, no ócio e anonimato. O Surdo 07 era um exemplo de sujeito anônimo, que segundo ele “aos 18 anos, ainda na educação básica, conheci minha namorada [ela também é surda], que me ensinou Libras, pois antes só me comunicava por gestos”. A sua namorada, que estava conosco no dia da entrevista ratificou a informação, salientou as dificuldades de ser surda em zonas

rurais no interior da Amazônia e narrou seu processo de aprendizado de Libras que ocorreu principalmente por apoio de surdos de cidades maiores como Castanhal.

A esses surdos, de zona rural, anônimos, minimizam-se as possibilidades de ter um TILS. Na verdade, nenhum dos sujeitos entrevistados jamais teve a presença integral de um TILS. Profissional escasso no mercado, os surdos que o têm como apoio linguístico somente em algumas disciplinas, pois esses têm de dar conta de mais de uma sala de aula, ou em eventos especiais como cultos, reuniões, encontros etc. Até mesmo para situações basilares, como narram os surdos, ir ao médico, resolver documentações em repartições públicas, é difícil que haja TILS e/ou pessoa minimamente qualificada para o atendimento.

Se analisarmos o censo realizado pela organização Testemunhas de Jeová, que em 2014 cadastrou 120 surdos no município de Bragança, vemos que a demanda de TILS X Quantidade de surdos é ainda mais alarmante. Pode-se afirmar que eventos de Bragança para a comunidade surda podem reunir, facilmente, pelo menos de 15 a 20 surdos, eventos estes como festas de aniversário, “roda de conversa surda” eventos especiais organizados por instituições confessionais.

Procuramos o Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) de Bragança para obter deles, com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), o quantitativo de surdos, mas esta instituição não tem essa informação, pois o cadastro deles tem, como categoria única, “pessoas com deficiência”. O censo qualiquantitativo de surdos normalmente é uma das responsabilidades de uma associação de surdos, ter estes números, formalmente registrados pode ser um valioso dado que pode ser utilizado para pressionar políticas públicas mais abrangentes para os surdos.

Na comunicação com os que não dominam língua de sinais, resta aos surdos a mímica, a escrita simplificada, para que possa entender e serem entendidos. A maioria dos surdos pesquisados só domina o básico do vocabulário de português, eles trocam mensagens de texto entre si, mas com cuidado e parcimônia no que seria segundo o Surdo 04 “escrever usando palavras simples do corretor automático e frases pequenas, uso abundante de *emogis* (desenhos e animações digitais) e outras figurinhas”. “A videochamada” é o item mais demandado na comunicação digital.

Foram discutidas também as possíveis aspirações e metas dos surdos entrevistados. Neste questionamento, observamos a maior diversidade de respostas. Por exemplo, temos a ideia do Surdo 04 que tentará em 2020, pela segunda vez, a prova do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que serve de ingresso nas principais faculdades e universidades brasileiras, e sonha em cursar o ensino superior em uma instituição particular o curso de Pedagogia. Esse mesmo surdo salienta haver uma nova geração de surdos escolarizados que almejam entrar no ensino superior. Nestas falas, esse surdo elenca as dificuldades de inclusão no ensino superior.

Enquanto esse surdo sonha em manter permanência e dar continuidade, há aspirações opostas, por exemplo, do Surdo 08 que já “tentou a vida em Santa Catarina”, mas não deu certo e teve de retornar a Bragança, seu desejo é poder voltar para o sul novamente, pois sente saudades da estrutura de lá em comparação com a estrutura de Bragança. Há aspirações mais simples, como a do Surdo 09 que pensa em retornar aos estudos, mas ciente do novo contexto do AEE, “torce para que haja TILS disponíveis”. E ainda, aspirações menos individuais voltadas à coletividade como a da Surda 05 que sonha com o dia em que haja mais paz entre os surdos e que eles possam se reunir mais e mais em sua casa, e que o mesmo ocorra também em seus ambientes familiares, “que a família não me veja só como pessoa surda e que eu possa recebê-los em casa”.

Nas entrevistas, perguntamos aos surdos sobre o sentimento de ser “Bragantino”, o que eles achavam da cidade e da região em que nasceram e habitam, com ressalvas ao Surdo 08, que prevê melhorias em sua qualidade de vida apenas em Florianópolis (SC), os demais surdos demonstraram sentimento de pertencimento a Bragança e ao Pará. Várias críticas à cidade foram lançadas, como por exemplo a dos Surdos 05 e 06, que dizem haver “poucos entretenimentos acessíveis em Bragança. Se você quer algo diferente, tem que ir de vez em quando a Belém”. Outros surdos ratificaram essa ideia.

Ao analisar a cidade de Bragança, inexistem eventos e espetáculos, por exemplo, aces-

síveis em Libras, algo que recentemente foi cobrado pela Lei de acessibilidade (13.146/15), que acrescentou a obrigatoriedade de acessibilidade e adaptações razoáveis aos eventos que forem beneficiados pela Lei Rouanet<sup>8</sup>. Segundo o novo texto, acrescentado em 2015 (art. 2º/§ 3º), “os incentivos criados por esta Lei somente serão concedidos a projetos culturais que forem disponibilizados, sempre que tecnicamente possível, também em formato acessível à pessoa com deficiência”. Normas de acessibilidade que tenham caráter explicativo ou trazem termos como “sempre que possível”, “adaptações razoáveis”, “mínimo possível” são subjetivas e dão a discricionariedade aos promotores do evento em dar ou não a real acessibilidade.

Em momentos como este, a associação de surdos é que consegue cobrar mais das instituições por uma melhor acessibilidade. Já há um intenso debate e materiais disponíveis que discorrem sobre “design universal e design inclusivo como paradigmas projetuais”. Estudos mencionados por Corrêa e Cruz (2019, p. 47-49) apontam que a maioria dos promotores ou não conhecem esses *designs* inclusivos ou apenas não aplicam as várias diretrizes para esses *designs* que inclusive beneficiam o público ouvinte, pois parte dessas adaptações busca mais a ampliação da visualidade.

### Surdez: violências e capitais

Enquanto os personagens em Bourdieu (2008, p. 188-189) sentem-se pressionados “por um sistema que exclui os não detentores de diploma” de modo que só reste como fonte de renda a “economia informal (ilegal) e do esporte”. Aos surdos bragantinos, na maioria, restam-lhes a estagnação social com auxílios Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aposentadoria, que normalmente é complementada por trabalhos informais para melhoria da renda familiar.

É esse próprio fator socioeconômico que contribui para a melhor aproximação dos surdos tendo em vista que, não havendo muitos registros de surdos em trabalhos formais, eles têm a mesma renda, na maioria baseado no BPC, aposentadorias, dentre outros auxílios, que nunca ultrapassa o teto do salário mínimo vigente. Podemos elencar também que os surdos, principalmente, os mais velhos da pesquisa, na educação básica, passaram por quase as mesmas escolas, criando vínculos desde o processo inicial de escolarização. Os surdos geralmente, nesta cidade, compartilham os mesmos médicos, fonoaudiólogos, TILS. A renda que têm os favorece frequentarem os mesmos locais destinados às camadas mais populares. Uma outra questão é que, comumente, mas não uma regra, surdos bragantinos, casam-se entre si, por exemplo, 3 (três) dos entrevistados dessa pesquisa são casados ou namoram com outros surdos e surdas.

Há também, além do oralismo, questões de evasão escolar que são tão comuns aos surdos quanto aos ouvintes. Problemas socioeconômicos são um deles, por exemplo, o Surdo 09 relata o seguinte: “embora eu goste da escola e aos poucos estava aprendendo, tive que parar na 8ª série para ajudar minha família nos negócios de uma granja”. Bourdieu (2008, p. 319) debate essa questão e indaga que jovens deixam o “sistema escolar” para adentrarem no “sistema econômico”, isso por uma pressão do sistema que marca a “crise econômica” como a questão central das relações. Caso semelhante, temos com o Surdo 06, que realiza trabalhos decorativos para festas infantis, a fantasia e outros eventos. Além desses dois surdos, há outros que desenvolvem trabalhos manuais de baixa rentabilidade, como manicure, entrega de encomendas, servente de pedreiro etc. Essas produções são esporádicas e visam complementar a renda da família, pois apenas o BPC e a aposentadoria, dentre outros auxílios, são insuficientes para subsistência.

A estratificação social dos surdos acaba sendo homogênea, com poucos casos variantes gerando um mesmo “capital cultural” por terem tido acesso aos quase mesmos processos de escolarização precárias. Por questões de renda, baseados no trabalho informal e benefícios de prestação continuada, gera o mesmo “capital econômico”. Por questões propriamente culturais dos surdos, baseado na visualidade e linguística, culmina-se em um mesmo “capital linguístico” que é negatizado por não dominarem, no processo de escolarização, a modalidade escrita do português que lhes competem como segunda língua. E, dessa forma, os traços

8 Lei que fomenta com dinheiro público eventos de interesse e relevância social.

capitais geram nos surdos a ideia de pertencerem ao grupo de minorias sociais e motivam neles o intento de estarem juntos para serem mais fortes e compartilhar de quase as mesmas experiências (BOURDIEU, 2008).

### Considerações Finais

Esta pesquisa apontou as formas de interação dos surdos entre si e com a cidade de Bragança, observando que essas relações são marcadas por muitas barreiras comunicacionais, o que limita a plena acessibilidade do sujeito surdo com o ambiente em que vive. Além disso, a estrutura do sistema público que, embora demonstre um discurso favorável à inclusão dos surdos, ainda tem dificuldades em promover vários elementos característicos de uma socialização bilíngue por questões históricas da abordagem oralista ainda persistentes e o descaso do Estado.

Concluimos que muitas destas barreiras encontradas pelos surdos em municípios do interior da Amazônia são frutos tanto de um ouvintismo estrutural que vai além da escola quanto da falta de organização associativa dos surdos. Estas lacunas acabam deixando-os sem representatividade formal frente aos direitos mínimos estabelecidos em leis. Observamos, portanto, que o cenário diagnosticado em Bragança reflete que o Estado não tem cumprido com suas atribuições no que se refere às políticas públicas de inclusão em questões de recursos humanos, materiais e atitudinais.

### Referências

BOURDIEU, P. (dir.). **A Miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRASIL. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9790.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm). Acessado em: 16 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Legislação Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 19 dez. 2019.

BRASIL. **Lei Brasileira De Inclusão Da Pessoa Com Deficiência**: Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 21 jun. 19.

CORRÊA, Ygor. CRUZ, Carina Rebello. (Org) **Língua Brasileira de Sinais e Tecnologias Digitais**. Porto Alegre: Penso, 2019.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC; SEESP, 2004.

SÁ, Nídia Regina Limeira de (Org.). **Surdos: qual escola?** Manaus: Editora Valer e Edua, 2011.

SANTOS, Herminio Tavares Sousa dos. **Identidade como metamorfose na educação de surdos em Belém**. 2012. 253 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém. 2012.

SAQUET, Marcos Aurelio. SPOSITO, Eliseu Savério (org.) **Territórios e territorialidades**: teorias,

processos e conflitos. São Paulo - SP. Expressão Popular. 2008.

SILVA, César Augusto Assis. As congregações em língua de sinais das Testemunhas de Jeová: a universalidade do governo do reino de Deus e a particularidade das línguas. **Debates do NER**. Porto Alegre. n. 20 p. 121-143, jul./dez. 2011.

SILVA-OLIVEIRA, Gláucia Caroline. **Cenas do cotidiano escolar de surdos em Bragança**, Pará. São Cristóvão (SE), v.19, n.2, p. 52-61, mai./ago.2019.

SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. 5ª ed. Porto Alegre. Editora Mediação. 2011.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

UNESCO, **Vitalidad y peligro de desaparición de las lenguas**. París, 10 a 12 de março de 2003. Disponível em: [http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/LVE\\_Spanish\\_EDITED%20FOR%20PUBLICATION.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/LVE_Spanish_EDITED%20FOR%20PUBLICATION.pdf). Acesso em: 26 dez. 2019.

Recebido em 30 de abril de 2020  
Aceito em 17 de março de 2021